ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

ESTRATÉGIA GLOBAL-LOCAL E REFLEXOS NO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE

Autores:
Vanessa Marx - UFRGS - vanemarx14@gmail.com
Gabrielle de Araújo - UFRGS - gabie.araujo@gmail.com
Vitoria Gonzatti de Souza - UFRGS - vitoriagonzatti@live.com

Resumo:

Neste artigo buscamos demonstrar, a partir do caso do 4º Distrito de Porto Alegre, que a estratégia global-local na cidade passa por influências diretas de atores transnacionais, de projetos internacionais ou de alianças entre atores locais e transnacionais. Ao mesmo tempo, agentes locais fazem lobby e pressão para que as leis sejam modificadas, visando uma operação mais rápida e eficaz para as forças do capital transnacional e nacional. As modificações no Plano Diretor e na legislação de parcerias público-privadas na cidade são um exemplo concreto disto. No caso em questão buscamos demonstrar como o 4º Distrito historicamente vem sofrendo influências globais e locais para a transformação de seu território. Assim, pensamos que o desenvolvimento urbano na cidade passa por uma relação dialética entre um território permeado por velhos problemas e novos desafios na medida em que a diversidade de atores sociais torna mais complexa a perspectiva relacional dos agentes.

ESTRATÉGIA GLOBAL-LOCAL E REFLEXOS NO 4 DISTRITO DE PORTO ALEGRE

INTRODUÇÃO

O denominado 4º Distrito é uma região de Porto Alegre que se desenvolveu ao norte do Centro Histórico da cidade, a partir da ocupação de imigrantes no início do século XIX. Uma das características marcantes do seu passado é ter abrigado o distrito industrial do município, sendo o principal centro econômico até meados do século XX. Essa especificidade tem sido referenciada nos projetos urbanos que objetivam ações para revitalizar a área, em particular, a partir dos anos de 1990. Na atualidade, a elaboração de projetos para o 4º Distrito é prioritária na agenda do governo local e apresenta-se vinculada aos interesses do capital nacional e transnacional. Dessa perspectiva, da revitalização econômica e urbana do 4º Distrito, o território é percebido como local de degradação e abandono, com o potencial de voltar a ser uma das principais centralidades para a inovação, o empreendedorismo e negócios na cidade. Contudo, o 4º Distrito também é habitat de uma diversidade de grupos sociais que, em grande medida, aparecem invisibilizados nesse processo. Nesse sentido, o 4º Distrito apresenta-se como um território da cidade permeado por diversas forças políticas, econômicas e sociais que apontam para um planejamento urbano fundamentado na estratégia global-local com influência direta do capital transnacional. A partir da descrição da dinâmica de ocupação territorial e posteriores intervenções socioeconômicas, políticas e urbanísticas discutiremos como o 4º distrito vem sofrendo influências de projetos internacionais vinculados a interesses locais visando a sua transformação.

Ao longo dos anos o 4º Distrito foi permeado por forças internacionais, seja através da influência de agentes internacionais ou da transferência de modelos. Essa influência muitas vezes não se articula com as dinâmicas locais, tanto em relação ao planejamento da cidade quanto das necessidades dos seus atores. Nos anos 90 já se vislumbrava que o território do 4º Distrito apresentava semelhanças com o caso do 22@ de Barcelona, tanto em relação aos seus cemitérios industriais onde poderiam se instalar indústrias limpas ou de novas tecnologias, como no estabelecimento de um tecido urbano permeado por centros culturais, artistas e empreendimentos de economia criativa. A cultura como álibi, como expõe Otília Arantes (2012), neste caso também se transforma em uma porta de entrada para a revitalização e atração de investimentos privados. Barcelona sempre foi uma cidade que exportou seus modelos que nem sempre poderiam ser adaptados pelas cidades Latino-Americanas através do denominado planejamento estratégico, onde a cidade ou uma parte dela se transforma em mercadoria (VAINER, 2002). Nos anos 2000 começa uma nova investida de atores internacionais neste território, resultando na criação de um escritório de resiliência, sendo

uma demonstração de como será operada a estratégia global em nível local. A internacionalização, neste caso, vai sendo operada por agentes internacionais como a Fundação Rockefeller e o Banco Mundial em aliança com os agentes locais públicos e privados.

No tocante aos Planos Diretores, o 4º Distrito vem sendo apresentado enquanto uma área para renovação, porém com margem aberta para a disputa de distintos projetos sobre este território. O Plano Diretor de 1999, que foi elaborado ao longo de um amplo processo participativo desde o início da década de 1990, passou por uma revisão e sua nova versão foi aprovada em 2010. Referente ao 4º Distrito, as mudanças observadas se referem à ampliação do limite de alturas em uma área que abrange três bairros desse território, e à inclusão específica do 4º Distrito como uma área destinada à Operação Urbana Consorciada (OUC). A OUC é um instrumento que pode provocar uma mudança no território que signifique a desapropriação e expulsão das populações ali residentes (FIX, 2000), principalmente por se tratar de uma área próxima ao centro e identificada como "corredor de urbanidade". Aproximando-se de um novo momento de revisão do plano, em 2017 as leis municipais referentes às Parcerias Público-Privadas (PPPs) foram modificadas, sendo criada uma estrutura administrativa própria para operacionalizar essa estratégia. Ainda, em convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2016 foi desenvolvido um plano específico para o 4º Distrito, o "Masterplan".

Na apresentação do caso do 4º Distrito, resgatamos elementos da ocupação territorial imigrante e da sua formação como distrito industrial e bairro operário, demonstrando o seu caráter de localização, a qual vincula-se aos projetos urbanos de revitalização do território. Esses são identificados a partir de dois momentos históricos distintos: Anos de 1990, a estratégia de Porto Alegre Tecnópole; e os anos 2000, a estratégia relacionada ao novo Plano de Urbanização do 4º Distrito, que possui intersecções com a realização da Copa do Mundo de 2014, o Programa Porto Alegre Resiliente e a elaboração do Plano Masterplan. Por fim, descrevemos a presença da sociedade civil, movimentos sociais e outros atores que estão presente no território.

Podemos avançar concluindo que o caso do 4º Distrito se constitui como uma área de ocupação antiga em Porto Alegre que agora está à frente da estratégia de internacionalização da cidade, que transcorre a partir da transformação desse território. As disputas que existem sobre o território estabelecem desafios, levantando questões sobre como lidar com a complexidade de atores e conflitos, considerando o risco de gentrificação e de segregação que pairam sobre a renovação do território.

Estruturamos o trabalho da seguinte maneira: inicialmente, será apresentada a questão das influências internacionais e da transferência de modelos, indicando a operação de uma estratégia global-local na cidade de Porto Alegre com a influência de atores internacionais e do setor privado. Na sequência, apresenta-se as modificações nas leis de PPPs e Plano diretor, convergindo para a análise das estratégias que foram e que estão direcionando a transformação do território em nível local. A terceira parte do artigo é dedicada ao caso do 4ºDistrito, retomando seu período histórico contemporâneo, permitindo identificar no seu desenvolvimento a chegada das influências internacionais, e a sua complexidade de atores. Por fim, a conclusão enreda os principais pontos da discussão e a análise dos reflexos da estratégia global-local no caso apresentado.

A ESTRATÉGIA GLOBAL E A TRANSFERÊNCIA DE MODELOS

A influência global nas cidades se produz no marco no qual estamos repensando as noções e funções do Estado e das unidades territoriais subnacionais. Por isso é importante pensar e identificar os impactos que os processos de globalização e de transnacionalização estão produzindo nos governos locais e que políticas inovadoras estão implementando para poder resolver estes impactos sociais, econômicos ou culturais. Como proporcionar uma mudança das políticas locais pensando no contexto internacional e, ao mesmo tempo, incentivar uma maior descentralização das políticas e dos recursos dos governos centrais e supranacionais? Esta dialética é produzida quando pensamos na cidade como ator no sistema internacional.

A cidade internacionalizada pode apresentar duas faces: a de um território atravessado pelas forças transnacionais e a outra a de formação de redes internacionais solidárias que podem reforçar as lutas políticas de inovação democrática, inclusão e direito à cidade no plano internacional através de fóruns e organismos internacionais (MARX, 2008). Estas duas faces da internacionalização vêm influenciando a política territorial para pensar o planejamento urbano na cidade de Porto Alegre.

Um marco contemporâneo importante nessa discussão foi o pacto mundial que resultou na Nova Agenda Urbana (NAU), acordada entre 170 países membros das Nações Unidas, em 20 de outubro de 2016, na cidade de Quito, no Equador. O documento político (não-vinculante) é resultado da 3º Conferência das Nações Unidas para a Moradia e o Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) e tem como objetivo geral ser um guia orientador de estratégias globais em torno da urbanização sustentável, para os próximos 20 anos.

A problemática da urbanização em escala mundial já vem sendo debatida no âmbito das Nações Unidas desde 1976, momento em que ocorreu a Habitat I[1], no entanto, a NAU se dá num novo contexto global, o qual se caracteriza pela consolidação do paradigma da urbanização do mundo. Passado cerca de 40 anos, o mundo deixou de ser rural. Hoje, mais de 50% da população mundial vive em cidades e as previsões apontam para um contínuo aumento deste processo[2]. Como consequência, as cidades e o papel dos governos locais passam a ter cada vez mais importância nas discussões dos desafios globais desse novo século. Desde a Habitat II (1996), ocorrida em Istambul, as conferências das Nações Unidas têm aberto espaço à participação dos atores para além dos Estados-membros, englobando governos locais e organizações sociais (GALINDO e MONTEIRO, 2016). A NAU expressa a

[1] A Habitat I correspondeu ao primeiro ciclo de Conferências, organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), para discutir a problemática da urbanização mundial. Ocorrido em Vancouver, no Canadá, o evento expressou o "reconhecimento pelos países da necessidade de estímulos a assentamentos urbanos sustentáveis frente a urbanização acelerada" (GALINDO e MONTEIRO, 2016).

[2] As previsões, conforme relatório da ONU-Habitat, é de que até a metade do século 66% da população mundial viverá em áreas urbanas e 80% do PIB será produzido pelas cidades (INSTITUTO PÓLIS, 2016).

ampliação e fortalecimento do papel dos governos locais no envolvimento direto das ações frente a problemática urbana a nível internacional.

Galindo e Monteiro (2016) explanam também como efeitos da Habitat levaram à mudança na abordagem das questões urbanas em nível mundial, nacional e local. No caso brasileiro, os autores citam, em particular, as mudanças legislativas que resultaram na inclusão do direito à moradia adequada para todos e a formalização do Estatuto da Cidade. Considerando o contexto do Habitat III, uma das principais conquistas dos movimentos sociais que lutam contra a ideologia neoliberal que domina o debate da urbanização global foi a incorporação do conceito de "Direito à Cidade"[3] no texto final da NAU. Embora exitosa, a adoção do conceito não foi um processo simples, ao contrário, foi alvo de muitas controvérsias, resultando de negociações entre países membros, as quais iniciaram em 2014[4].

As atividades paralelas ao fórum oficial da ONU foram marcadas também pelo lançamento do Documento de Quito (Quito paper's), um contraponto intelectual à Nova Agenda Urbana. O documento escrito pelos sociólogos Saskia Sassen e Richard Sennett, o urbanista Ricky Burdett, e o ex-prefeito de Barcelona, Joan Clos, é um manifesto crítico aos princípios da Carta de Atenas (1930), a qual influenciou fortemente o planejamento urbano pós-guerra na América do Norte e Europa, e continua a ser influente no mundo em desenvolvimento (CITISCOPE, 2016[5]). Os intelectuais criticam uma visão de planejamento que concebe a cidade como um sistema fechado, funcional e que promove desigualdades e injustiças socioespaciais. Ainda, propõem uma perspectiva alternativa em que as cidades são concebidas como sistemas abertos e incompletos, porosas, complexas e sincrônicas. Para eles, as cidades são produtos de interação, diversidade, política e de interesses em conflitos.

A Nova Agenda Urbana e o Manifesto de Quito demarcam o debate global acerca da importância cada vez maior das cidades para o futuro da sociedade humana, ao mesmo tempo em que expressam as divergências existentes na forma de concebê-las e consequentemente nas formas de agir a partir e sobre elas. Evidenciam, assim, as tramas complexas e diversas de atores que concorrem, disputam e/ou cooperam na definição de agendas urbanas nas distintas escalas - internacional, nacional e local e que conformam uma arena urbana global. Em particular, a NAU e o Documento de Quito ao trazerem a questão das cidades para o centro do debate, o fazem expressando as tensões entre uma ideologia dominante neoliberal e uma perspectiva contra-hegemônica fundamentada no direito à cidade. Tais questões são importantes pois influenciam direta e indiretamente a elaboração e efetivação de políticas públicas urbanas executadas pelos governos locais.

[3] Formulado na década de 1960 pelo teórico Henri Lefebvre e atualizado contemporaneamente pelo geógrafo David Harvey.

[4] Nos debates iniciais da NAU, Canadá, União Europeia, Japão, Rússia e Estados Unidos se opuseram a inclusão do conceito no documento, fato revertido em decorrência da campanha liderada pelo Brasil e Equador (MORENO, 2016).

[5] CITISCOPE. Los Quito Papers: Una contraposición a la Nueva Agenda Urbana. 20 out. 2016. Disponível em: <http://citiscope.org/habitatIII/news/2016/10/los-quito-papers-una-contraposicion-la-nueva-agenda-urbana>. Acesso em: 21 abr. 2018.

A centralidade das cidades frente aos desafios urbanos globais do século XXI e a crescente importância dos governos locais como atores no sistema internacional pode ser considerada também a partir do programa "100 Cidades Resilientes", uma iniciativa pioneira da filantropia internacional, do qual a cidade de Porto Alegre faz parte. O programa, lançado no ano de 2013 e gerenciado pela Fundação Rockefeller, propõe-se a financiar 100 cidades ao redor do mundo interessadas em desenvolver um plano estratégico ("Estratégia de Resiliência") para orientar as políticas urbanas locais. A adesão ao Programa filantrópico também implica na participação em uma rede global de cidades resilientes para o compartilhamento de soluções inovadoras em políticas urbanas.

O debate sobre resiliência urbana tem ganhado destaque nas arenas internacionais, sendo incorporado em projetos de cooperação de diversas agências de desenvolvimento internacional, como a ONU e o Banco Mundial, e entidades filantrópicas como é o caso da Fundação Rockefeller. A relevância da noção de resiliência é justificada pela capacidade de fundamentar políticas inovadoras no âmbito local para solucionar situações relacionados à interface de problemas ambientais, sociais e econômicos. De modo geral, a resiliência urbana expressa a ideia de que as cidades são cada vez mais o lugar do risco, ou seja, onde impactos diversos da globalização se materializam, e, ao mesmo tempo, o lugar de onde emanam as principais iniciativas para resolvê-los.

Tierney (2015) argumenta que a abordagem da resiliência nas políticas norte-americanas de redução de riscos de desastres possui ressonâncias com os discursos e práticas do projeto neoliberal, sendo um exemplo a diminuição do papel do Estado que é substituído por parcerias público-privadas e contratos. Na análise realizada acerca da abordagem da resiliência e o projeto neoliberal, a autora cita ainda o Programa "100 Cidades Resilientes", problematizando quais os atores considerados protagonistas na construção da resiliência urbana. Uma das fontes de recursos disponibilizada pela Fundação Rockefeller para as cidades que aderiram ao programa é o acesso a uma plataforma de parceiros especializados, a partir da qual os governos locais acessam ferramentas e metodologias para orientar o plano de ação de suas políticas urbanas. A análise de Tierney (2015) demonstra que o desenvolvimento da estratégia de resiliência se inclina para o setor com fins lucrativos e empresas corporativas norte-americanas globais, deixando de fora as instituições do sul global, na medida em que a plataforma é composta basicamente pelos primeiros atores.

Porto Alegre se inseriu nessa rede internacional de cidades no ano de 2013, a partir de um processo de candidatura que envolveu uma rede entre o poder público, entidades privadas e sociedade civil organizada. A experiência foi concluída em 2016, sendo considerada a primeira da América Latina junto ao programa. Uma das estratégias principais contidas no plano de ações é a Revitalização do 4º Distrito. A transformação da região é concebida como estratégica no fortalecimento e diversificação da economia na cidade. Conforme o texto final da Estratégia de Resiliência, a revitalização da área deve "representar o piloto para uma cidade que desejamos para toda Porto Alegre" (DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE, 2016:21). Dentre as metas apresentadas destacamos o desenvolvimento de cluster de saúde como inovação para a região, com o potencial de atrair novos investimentos que melhorem a economia global da cidade; a atração de grandes empresas para a região; e a implementação de um centro de pesquisa e desenvolvimento em parceria com as duas maiores universidades do Estado.

A partir da formação do 4º distrito resiliente surgiu a demanda de elaboração de um plano de revitalização da área, que foi denominado de Masterplan, elaborado em 2016, em parceria do governo municipal com o Núcleo de Tecnologia Urbana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao longo de sua história o 4º Distrito foi alvo de ensaio de um modelo comparativo com outros modelos que despontavam no mundo como ideais de revitalização, tais como o modelo 22@ de Barcelona. No ano de 2000 a Prefeitura de Barcelona aprovou novas regras para uma antiga área industrial situada no Poblenou com fábricas que estavam abandonadas ou fechadas e sem uso. O objetivo desta zona era de renová-la mantendo a atividade econômica. Esta zona tinha características semelhantes ao 4º Distrito e poderia ser considerada uma zona de potencial tecnológico, semelhante ao projeto Porto Alegre Tecnópole, pensado na década de 1990. Pareceria ser que, apesar da semelhança nas características do território, Porto Alegre sempre teve dificuldades de avançar em um projeto como o 22@, pois nunca teve uma estratégia clara e constante do que se pretendia para a área. O projeto 22@ também passou por períodos críticos com risco de gentrificação da área, pela proximidade com a zona olímpica em detrimento de investimento em equipamento e moradia pública. O que se pode notar como diferença central nestes dois projetos é que o governo da cidade de Barcelona sempre teve capacidade de regular as ações no território com uma estratégia clara de 10% para zona verde, 10% para equipamento urbano e 10% para moradia pública. No ano de 2017 a Prefeitura de Barcelona começa um processo de participação chamado “Repensem 22@” este processo tem como principal objetivo estabelecer uma nova proposta estratégica de forma compartilhada com a cidadania para a zona formada pelos bairros el Poblenou; el Parc i la Llacuna del Poblenou; el Provençals del Poblenou; la Vila Olímpica del Poblenou; Diagonal Mar i el Front Marítim del Poblenou; i el Besòs i el Maresme.[6]

A cidade de Barcelona e o 22@ têm inspirado a renovação do 4º Distrito, mas outros modelos que poderiam ser aplicados também têm sido pensados pelos planejadores urbanos, promotores culturais, empresas nacionais e transnacionais. Como descreve Arantes (2002, p.31) “rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana” e para que esta renovação globalizante possa operar, o contexto local tem que ser mudado e uma nova estratégia deve ser implementada, o que passa pela alteração da legislação das parcerias público-privadas e pelas revisões do plano diretor de cidade como veremos a seguir.

[6] Documento Procés participatiu “Repensem el 22@”. Districte de Sant Martí Direcció de Democràcia Activa i descentralització. Ajuntament de Barcelona, 2017.

ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO EM NÍVEL LOCAL: PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E PLANO DIRETOR

A legislação de Parcerias Público Privadas é um instrumento recente no Brasil. A lei Federal 11.079 de 2004 e a lei municipal Nº 9.875/2005 em Porto Alegre instituem as Parcerias Público-Privadas (PPPs). Contudo, foi a partir de 2017 que as PPPs entraram com força na agenda do governo municipal. A Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas (SMPE), criada com a lei complementar Nº 810/2017 que reordenou a estrutura administrativa da Prefeitura é, atualmente, o órgão que está encarregado de gerir as PPPs no município. Logo após a criação da SMPE a Prefeitura transferiu para a nova Secretaria todos os chamamentos públicos e estudos relativos à contratação de obras e serviços por meio de concessões, parcerias público-privadas e contratos de gestão (decreto 19.666/2017) e criou o Programa de Parcerias do Município de Porto Alegre (PROPAR/POA) e seu Conselho Gestor (CGP), presidido pelo prefeito (decreto 19.736/2017). Ainda, atribui ao conselho gestor caráter normativo e deliberativo para planejamento e execução de concessões e PPPs, para a aprovação de editais e de projetos.

No Portal de Parcerias da cidade, constam locais e serviços abertos para parcerias com o setor privado (PREFEITURA, s.d.). Ali estão listados projetos de parcerias para serviços urbanos, dentre elas, a operação da rede de iluminação pública, da gestão de resíduos sólidos e das redes de água e de esgoto. Há também projetos de concessão para manutenção e gestão de espaços públicos, entre eles estão parques e praças, um hospital e o Mercado Público Municipal. O caso do 4º Distrito já está sendo apontado nos meios de comunicação como um possível objeto de parceria público-privada, ainda que não conste entre os projetos do Portal de Parcerias. De acordo com a prefeitura, o Vice-prefeito já estaria buscando investimentos externos para o plano econômico do 4º distrito (FREITAS, 2017). Alegando condições financeiras precárias e que a solução estaria nos investimentos da iniciativa privada, o atual prefeito de Porto Alegre defende este modelo de PPPs para a "revitalização" da área (CORREIO DO POVO, 2017). Esta estratégia liga-se ao que Vainer (2002) chama de marketing urbano: a cidade como uma mercadoria a ser exposta de forma a atrair os investidores, principalmente os internacionais - o que está ligado à ideia da transferência de modelos.

O 4º Distrito vem sendo identificado oficialmente pela prefeitura como um espaço de interesse cultural, econômico e tecnológico, designado como área de revitalização desde a década de 1990. Já no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de 1999, partes do território do 4º Distrito aparecem entre as áreas de interesse cultural e como "corredor de urbanidade" (PORTO ALEGRE, 2000). Ainda no plano, em sua Estratégia de Promoção Econômica, o 4º distrito é apontado como uma área para revitalização econômica e para incentivo à criação de empresas de base tecnológica. Na versão comentada, publicada no ano seguinte, o 4º Distrito já é citado como um exemplo de "área de revitalização", onde, de acordo com os arts. 81 e 82 são áreas de relevância para a cidade que poderão ter normas específicas com o objetivo de otimizar o seu aproveitamento e realizar sua reinserção na estrutura urbana, que devem ser instituídas por lei e detalhadas por resolução do CMDUA (PORTO ALEGRE, 2000). Portanto, desde antes da possibilidade das Operações Urbanas

Consorciadas (OUCs) criada pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), o plano de 1999 já admitia a possibilidade de uma lei diferenciada para áreas específicas da cidade e já incluía o 4º Distrito como uma dessas áreas.

Ainda quanto a estabelecer normas diferenciadas do Plano Diretor, na Estratégia de Produção da Cidade, destacava-se as áreas que mereceriam ser alvo de projetos especiais em função do tamanho dos terrenos e da localização em áreas importantes para a organização da cidade (PORTO ALEGRE, 2000). Uma parte do 4º Distrito está identificada na lei como zona de projetos especiais, com os seguintes atores listados: "Setor privado, Porto, RFFSA [Rede Ferroviária Federal S.A.], Trensurb, Rodoviária", e com as seguintes estratégias: "comércio/ serviços/ indústria/ lazer/ habitação/ hotéis/ cultura" (PORTO ALEGRE, 2000, fig. 7). De acordo com o Capítulo V do PDDUA, os projetos especiais caracterizam-se por empreendimentos pontuais ou empreendimentos de impacto urbano, sendo que os de impacto poderiam ser classificados como de primeiro ou de segundo nível, de acordo com o raio de abrangência do empreendimento (PORTO ALEGRE, 2000). Esses Empreendimentos de Impacto Urbano de Segundo Nível se assemelham muito ao instrumento hoje denominado de Operação Urbana Consorciada (OUC). De acordo com o artigo 62 do PDDUA:

> "§1º São Empreendimentos de Impacto Urbano de Segundo Nível:
> I – projetos de renovação ou revitalização urbana;
> II – projetos de reestruturação urbana ambiental;
> III – projetos de preservação de identidades culturais locais;
> IV – projetos de áreas destinadas a usos específicos de caráter metropolitano;
> V – projetos de Núcleos de Ocupação Rarefeita." (PORTO ALEGRE, 2000, Art. 62)

Na versão revisada do PDDUA, de 2010, o 4º distrito é novamente incluído na relação de áreas para revitalização, agora especificamente denominado desta forma:

> V – 4º Distrito – compreende parte dos Bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes e Humaitá, destacado nas estratégias do PDDUA de estruturação urbana, qualificação ambiental, promoção econômica e produção da Cidade como espaço de revitalização urbana com reconversão econômica; (PORTO ALEGRE, 2010, Art. 83)

A continuidade de sua previsão no Plano Diretor como área de revitalização indica que a prefeitura continua enxergando a região como um território para transformação e, ao destinar a área para uma OUC, permite que a pretendida "revitalização urbana com reconversão econômica" ocorra com regramentos diferenciados com relação aos estabelecidos no Plano Diretor, pois as OUCs necessitam ser aprovadas em lei específica.

> Em prazo exequível, o Executivo Municipal apresentará Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º Grau – Operação Urbana Consorciada – para a revitalização do 4º Distrito, visando à obtenção de recursos (PORTO ALEGRE, 2010, Art. 153).

Fix (2000) problematiza o aparente consenso que há em favor da ideia das operações urbanas consorciadas. De acordo com a autora, por mais que as operações urbanas estejam referendadas no Estatuto da Cidade, este é um instrumento que exige cuidado em sua aplicação para que não acabe favorecendo a especulação imobiliária e deixando de atender ao seu propósito de promover justiça social. É preciso ter atenção especialmente quando as propostas se concentram em áreas chamadas de "novas centralidades" ou áreas de expansão do capital imobiliário, como é o caso do 4º Distrito. Neste modelo de parceria entre o setor público e o privado, pode-se questionar se a ideia do autofinanciamento da OUC não acabaria por criar mais desigualdade devido a concentração de investimentos e valorização imobiliária em uma região, levando em consideração que o governo costuma ser o agente de desbloqueio do potencial da área da OUC, realizando os investimentos iniciais (FIX, 2000). O histórico de operações na cidade de São Paulo vem mostrando, segundo a autora, que quem acaba captando esta valorização são os agentes imobiliários.

Em uma possível tentativa de atrair a construção civil para densificar o território, desde o PDDUA de 1999 o limite de alturas é alto e contínuo uma em parte da área do 4º Distrito, abarcando trechos dos bairros Floresta, São Geraldo e Navegantes - em amarelo na figura 1a –, contudo, o limite desta área foi ampliado de 45m para 52m na versão do plano de 2010 - em vermelho na figura 1b - (TITTON, 2012), sendo esta a única mancha contínua de limite máximo de altura, pois no restante da macrozona 1 este limite só é permitido em grandes avenidas. Nas figuras 1a e 1b abaixo é possível observar também que aumentaram os limites para construção em outras partes do 4º Distrito, conforme indicam as setas com os valores de alturas.

Figura 1a. Limites de altura estipulados pelo PDDUA em 1999.
Fonte: adaptado de Titton (2012).

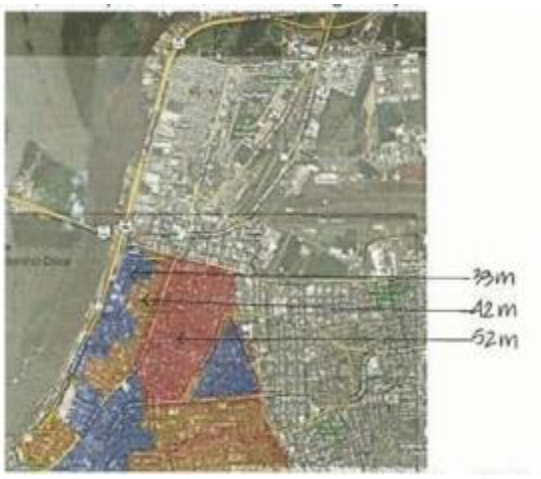

Figura 1b. Limites de altura estipulados pelo PDDUA em 2010.
Fonte: adaptado de Titton (2012).

Tal estratégia para a área poderia acabar resultando em espaços inadequados e insatisfatórios tanto para moradores de futuros edifícios que estivessem habitando esses locais quanto para os usuários do espaço urbano de um modo geral. A materialização do aproveitamento máximo das áreas construtivas proposto pela legislação pode levar, a depender de outras especificidades do caso, a habitações com baixa incidência de luz solar e pouca quantidade de céu visível (LEDER et al., 2006). Além disso, para os pedestres nas ruas, os edifícios altos podem causar desconforto e tendem a ser avaliados negativamente pelos pedestres quando estes se encontram em espaços cercados por edifícios altos (GEHL, 2015). Essas evidências apontam para um cuidado necessário na busca por densificação e aproveitamento do território. A previsão de promover uma compatibilização entre o patrimônio a ser mantido e as novas construções, além da consideração das ambiências urbanas e marcos visuais são citados entre os objetivos na elaboração do Masterplan (NTU-UFRGS, 2017). Contudo, é necessário que as incorporadoras imobiliárias que serão atraídas para investir na região comprometam-se com a qualidade dos projetos.

Mesmo com este dispositivo permitindo as maiores alturas para a região, os três bairros abrangidos pela mancha do limite de 52m foram alvo de apenas, em média, 14 empreendimentos novos cada um no período de 10 anos (SINDUSCON-RS, 2007-2016), como pode ser visualizado na tabela 1. Possivelmente o setor imobiliário ainda não vem enxergando a área como um potencial para investimento lucrativo, devido principalmente à degradação física e a população em vulnerabilidade social que ocupa grande parte da área (OLIVEIRA, 2017), aguardando o início do processo de "revitalização" e a certeza de valorização do solo, ou até mesmo aguardando a concretização da OUC para avaliar as possibilidades de regime urbanístico diferenciado e as contrapartidas a ser negociadas.

Tabela 1. Nº de empreendimentos imobiliários nos bairros do 4º Distrito abrangidos pela mancha de grandes alturas nos Planos diretores de 1999 e 2010.

Bairro	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total em 10 anos
Floresta	4	3	2	1	1	1	2	4	1	sem infor-mação	19
São Geraldo	2	2	1	1	2	1	1	1	1	1	13
Navegantes	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10

Fonte dos dados: SINDUSCON-RS, 2007-2016

O Masterplan, associado aos novos instrumentos como as OUCs e PPPs, está, portanto, na agenda de ação do governo municipal e se apresenta como uma estratégia recente, inserido dentro de uma agenda maior e internacional, ainda que o território já tenha sido identificado como uma área para transformações urbanas pelo menos desde a década de 1990. Atualmente, se tem uma legislação e uma estrutura administrativa municipal aberta às parcerias com o setor privado, indicando que a janela de oportunidade para a concretização dessas transformações está aberta como no caso do 4º Distrito de Porto Alegre.

REFLEXOS NO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE

Desde as suas origens, a região do 4º Distrito é marcada por influências internacionais. A ocupação territorial, datada de 1824, iniciou-se com a chegada de imigrantes alemães. O fluxo migratório de europeus para o sul do Brasil relacionava-se com os objetivos definidos pelo Império Brasileiro de

> "criar e dinamizar um mercado interno; contrabalançar o poder dos grandes proprietários rurais; incentivar o desenvolvimento de pequenas manufaturas, que deveriam se transformar em médias e grandes indústrias; substituir, aos poucos, a mão-de-obra escrava africana; e fornecer homens para lutar nas guerras que o Brasil travou ao longo do século XIX[7]."

Estes se instalaram ao norte do principal conglomerado que existia no município, nas proximidades do Rio Guaíba, dando origem, posteriormente, aos atuais bairros Navegantes, São Geraldo e Floresta. Ademais, os alemães que aqui chegaram eram artesãos, comerciantes e profissionais liberais e foram, em grande medida, os responsáveis pelo surgimento de pequenas, médias e grandes indústrias na cidade[8].

Com a instalação de diversas indústrias, principalmente do setor têxtil, a região tornou-se o principal centro econômico da cidade entre o final do século XIX e meados do século XX. Esse processo de industrialização foi responsável por atrair diversos outros imigrantes. Conforme Mattar (2010), a oportunidade de emprego e de moradia nas proximidades das fábricas resultou num processo de desmembramento de antigas chácaras, abertura de ruas e ao lançamento de loteamentos, justificando-se a formação de um bairro operário de múltiplas etnias.

Por volta do final dos anos de 1960, o próspero distrito industrial perde fôlego. Por fatores de ordem econômica, mas também ambientais – a proximidade ao Rio Guaíba resulta num histórico de enchentes e inundações -, as indústrias passam a migrar para as cidades vizinhas, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Assim, ao longo das décadas de 1970 e 1980, o 4º Distrito viveu um processo de ruptura como centralidade econômica e urbana do município.

[7] Arendt, Isabel; Witt, Marcos; Weimer, Gunter. A imigração Alemã no Rio Grande do Sul. In: Relações Brasileiras e Alemãs Volume I. Disponível em: http://brasil-alemanha.com/capitulo/19sec/A-imigracao-alema-no-Rio-Grande-do-Sul.php .[Acessado em Novembro de 2018]

[8] Idem nota 6.

Destacamos que a ocupação territorial do 4º distrito e a sua conformação como distrito industrial da cidade resultou, em grande parte, do seu caráter de localização geográfica estratégica. Conforme Mattar (2010:12)

> O 4º. Distrito, por seu perfil e vocação de área inserida no encontro das conexões da cidade e por suas características físicas de zona baixa, próxima aos cursos d'água (limitado em duas faces pelo Guaíba e pelo Gravataí) possuía os requisitos ambientais fundamentais para a atração de um complexo industrial, potencializados através da proximidade com a estrada de ferro, cujo traçado e linhas foram definidos considerando os atributos das condições topográficas e geográficas da área. Em 1923, a Brigada Militar decidiu criar o Serviço de Aviação, prosseguindo no ano seguinte com o estabelecimento do "Parque de Aviação", o que, agregado aos transportes fluvial e terrestre já existentes, consolidaram sua vocação de local dos principais acessos da cidade, que até hoje permanece.

A história de desenvolvimento do 4º distrito legou a Porto Alegre uma região dotada de grandes eixos viários e infraestrutura urbana, de grande oferta de equipamentos e serviços públicos e privados. Bem como um patrimônio histórico diversificado. Esses elementos - de localização, infraestrutura e patrimônio - são importantes referências para a história mais recente deste território, a qual se traduz num novo momento de proposições e ações públicas de revitalização, iniciada nos anos de 1990. Antes de adentramos nessa discussão, apresentaremos o 4º distrito a partir dos seus contornos geográficos atuais.

O 4º distrito situa-se ao norte, fazendo conexão entre o centro Histórico e a região metropolitana de Porto Alegre. Nesse percurso, situam-se num extremo a Estação Rodoviária (centro) e no outro o Aeroporto Internacional Salgado Filho (extremo norte). É a região de "entrada e saída" da cidade, onde dá-se um grande fluxo de bens e pessoas.

Figura 2. Mapa com a localização do 4º distrito na Região Metropolitana de Porto Alegre:

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, 2013.

Figura 3. Mapa com a delimitação do 4º Distrito da Cidade de Porto Alegre:

Fonte: Elaboração própria

A sua delimitação, abrange cinco bairros da cidade: Floresta (Região Centro), São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos (Região Humaitá/Navegantes). Estes são marcados pela existência de grandes avenidas e de equipamentos públicos e privados e de relevante infraestrutura urbana consideradas ociosas com potencial para recuperar o dinamismo econômico não apenas do 4º Distrito, mas da urbe como um todo. Os bairros apresentam características demográficas, sociais e econômicas diversificadas, bem como possuem projetos estratégicos distintos, variando como centralidade conforme o período histórico.

Bairros	Habitantes	Área (km2)	Densidade demográfica (hab/km2)	Taxa de Analfabetismo	Rendimento Médio
Floresta	16.085	2,19	7.344,75	1,24%	6 salários mínimos
São Geraldo	8.706	1,89	4.606,35	0,85%	4,31 salários mínimos
Navegantes	4.011	2,2	1.823,18	1,03%	3,54 salários mínimos
Humaitá	11.404	4,16	2.741,35	1,84%	3,9 salários mínimos
Farrapos	18.986	1,65	11.506,67	4,31%	2,03 salários mínimos

Elaboração própria. Fonte dos dados: ObservaPoa

Como referenciado, a partir dos anos de 1990, o 4º Distrito volta ao centro das discussões públicas agora sob o signo das ações de revitalização e reestruturação urbana. Nesse novo ciclo, identificamos dois momentos importantes, marcados por projetos e atores distintos: o período que vai de 1995 a 2004, com o Programa Porto Alegre Tecnópole; e o período que vai de 2006 a 2018, com a criação do Grupo de Trabalho do 4º Distrito, a vinculação ao Programa Porto Alegre Resiliente, culminando na elaboração do Plano Masterplan.

O Programa Porto Alegre Tecnópole (PAT) foi formulado no âmbito da gestão do prefeito Tarso Genro, no início dos anos de 1990, a qual esteve vinculada aos processos de descentralização do poder local e a democracia participativa. Oficializado no ano de 1995, o Programa trouxe para o debate urbano o papel da tecnologia “como ferramenta de

desenvolvimento urbanístico", resultando "na ideia de desenvolver o Parque Tecnológico do 4º Distrito" (Pique, 2017). Conforme Hausser (2016, p.12) "o PAT estabeleceu estratégias e propôs ações para que Porto Alegre e sua região metropolitana se habilitassem a enfrentar os desafios trazidos pela nova economia, baseada no conhecimento e na inovação".

Ainda, o PAT tinha como característica fundamental o objetivo de articular em suas ações para o desenvolvimento da cidade diversas instituições públicas, iniciativa privada e setores vinculados a universidade e a sociedade civil. Ademais, passa a integrar o Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e França no subprograma tecnópoles (HAUSER, 2016).

No âmbito deste Programa, a região do 4º Distrito foi identificada como uma das zonas estratégicas para a intervenção econômica, compondo as denominadas Regiões de Potencial Tecnológicos (REPOTs). As denominadas REPOTs são regiões caracterizadas pela presença de infraestrutura e "com possibilidades de aproveitamento e melhoras das condições locais em favor da geração e transferência de conhecimento e tecnologias", por parte de empresas de base tecnológicas, instituições e profissionais de tecnologia (MOREIRA, 1999).

Neste período histórico, em particular, o potencial tecnológico do 4º Distrito esteve vinculado ao bairro Navegantes, considerado por ter em seu território uma "forte concentração de empresas de base tecnológica, principalmente na área de eletrônica e informática, que pode ser um objeto de revitalização urbana. Para essa área se projeta a implantação de um condomínio de empresas de base tecnológica, com aproximadamente 15 empresas, aproveitando um antigo prédio industrial" (PORTO ALEGRE TECNÓPOLE, 1999 apud MOREIRA, 1999). Ademais, Hauser (2016) complementa que a Lei Complementar n.º 434/1999, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), destinou à região do IV Distrito (REPOT "polo eletroeletrônico") a tecnópole e a revitalização econômica (HAUSER et alii, 2005; HAUSER, 1995).

Em 2004, finaliza-se 16 anos de gestão pública vinculada ao Partido dos Trabalhadores e, ao mesmo tempo, o Parque Tecnológico do 4º Distrito é desativado, pondo fim, conforme Piqué (2017) ao que foi um dos mais importantes projetos públicos para a recuperação do 4º Distrito e de mais longa duração.

Contudo, surge um novo projeto de revitalização que, embora tenha como legado parte das discussões e ações do PAT, apresenta aspectos bastante distintivos, vinculando-se a uma estratégia de internacionalização da cidade ligada fortemente as parcerias público-privada e ao capital transnacional que complexifica o jogo de forças no território. Ademais, o território apresenta uma complexidade de atores e projetos que apontam para um planejamento conflitual. (VAINER, 2016).

Um primeiro momento em que esse projeto ganha fôlego é com a criação, no final de 2006, de um Grupo de Trabalho do 4º Distrito (GT 4ºD), a partir de uma demanda de alguns moradores, o qual passa a ter como objetivo, conforme consta na descrição do GT 4º Distrito[9],

[9] As informações foram retiradas do site oficial da Prefeitura de Porto Alegre, na sessão da Secretaria de Urbanismo. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=150 [acessado em novembro de 2018]

de "formular diretrizes, projetos e programas que contribuam para qualificar o espaço urbano de forma ordenada e planejada, buscando o desenvolvimento sustentável da região e melhoria da qualidade de vida. Estas ações deverão ter caráter público e privado", definindo como sua área de atuação um traçado que se inicia na Estação Rodoviária até o Bairro Humaitá, onde hoje se localiza a Arena do Grêmio.

Na descrição do GT faz-se referência ao fato de que a região vem recebendo grandes investimentos públicos nas áreas de infraestrutura, habitação, estruturação viária, bem como a existência de diversas ações do setor privado em andamento, particularmente empreendimentos residenciais e comerciais. Os quais seriam importantes sinalizadores da possibilidade concreta de Revitalização do 4º Distrito.

Este GT vai ser responsável por elaborar O Plano de Revitalização Urbana do 4º Distrito para 2010, uma das cinco etapas que compõem a Ação denominada de "Detalhamento do PDDUA" que integram o Programa Porto do Futuro, de acordo com o Plano Estratégico do Governo (2010-2013[10]).

Dentre as ações iniciais, o GT esteve envolvido com estudos considerando a realização da Copa do Mundo de 2014, da qual Porto Alegre figurou como sede dos jogos. O principal Projeto Urbano da Copa no 4º distrito relacionou-se a duplicação da Avenida Voluntários da Pátria[11], a qual é um eixo viário importante para toda a região do 4º distrito, contribuindo para incrementar a centralidade da Zona Norte (XAVIER, 2013). Importante nesse processo foi a Arena do Grêmio, um estádio de futebol, construído durante a Copa do Mundo no bairro Humaitá. Este inseriu-se como parte do planejamento estratégico do GT 4ºD (XAVIER, 2013).

Desse modo, a realização do megaevento esportivo é utilizada como mecanismo para impulsionar os projetos de revitalização urbana na cidade, atraindo fluxo de capital nacional e internacional.

Em continuidade, num segundo momento, o Plano de Revitalização para o 4º distrito vai ser vinculado às discussões do Programa Porto Alegre Resiliente, parceria entre o município de Porto Alegre e a Fundação Rockefeller. A região foi delimitada como a principal área de intervenção para o Programa. Em particular, criou-se o Grupo de Trabalho Diversificação da Economia, a partir do qual foram apresentadas propostas para um 4º Distrito Resiliente. Nesse processo foi central a atuação de pesquisadores acadêmicos na proposição de políticas públicas territoriais na cidade. Desses encontros surgiu a parceria entre prefeitura, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na elaboração de um plano para a região que inclua a questão da

[10] Informações do "Anexo XI – Termo de Referência para a contratação de consultoria", documento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smov/usu_doc/81025122termo_de_referencia.pdf [acessado em novembro de 2018]

[11] Idem site

resiliência (BENITES, 2015[12]). Deste contexto, surge o Plano denominado de Masterplan, com o lema de transformar o 4º distrito no lugar mais inovador da América Latina (OLIVEIRA, 2017).

Para além da atuação do poder municipal, e suas parcerias com a iniciativa privada, entidades internacionais e capital transnacional, outro aspecto importante na configuração contemporânea das ações de revitalização para o 4º Distrito é a atuação da sociedade civil. Conforme Piqué (2017), desde o ano de 2012 ocorre uma retomada da questão do 4º distrito, com maior peso da sociedade civil, deslocando o eixo do bairro Navegantes para o bairro Floresta, no qual surgem dois empreendimentos: o Vila Flores e o Hostel Boutiques. Ao mesmo tempo, passaram a ocorrer reuniões de moradores (grupo denominado de Refloresta), de modo a se organizar e reivindicar demandas do bairro. Desse cenário, cria-se, em 2013, o Projeto distrito Criativo de Porto Alegre (Distrito C):

> "Essa região, ao sul do 4º Distrito, próxima do Centro Histórico e de bairros estruturados [...] apresentava melhores condições para uma ação de inovação social, que tivesse como ponto de partida, não um masterplan genérico e abstrato, mas as dezenas de artistas e empreendedores de economia criativa, do conhecimento e da experiência, que espontaneamente haviam se instalado nessa região e estavam entretanto invisíveis para a cidade, lutando contra todas as dificuldades. Por outra parte, o projeto público dos anos 1990, o Parque Tecnológico do 4º Distrito, foi uma importante referência conceitual para o Distrito C". (Piqué, 2017:11)

Destacamos na atuação da sociedade civil e seus impactos no debate sobre a renovação do 4º distrito a importância da chegada da Associação Cultural do Vila Flores. Inserida na discussão sobre Patrimônio Histórico, a Associação é resultado de uma iniciativa familiar de restaurar de um conjunto de prédios históricos para a construção de um espaço cultural, abrigando grupos vinculados a iniciativas de economia criativa. O espaço é hoje referência no território, possuindo forte atuação no bairro Floresta e realizando diversas atividades culturais que mobilizam diversas pessoas na cidade.

Figura 4. Vila Flores. Foto: Fernando Banzi e Lauro Rocha

[12] Proposta para um 4º Distrito Resiliente segue em debate. Reportagem oficial da PMPA. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgl/default.php?p_noticia=180970&PROPOSTA+PARA+UM+4O+DISTRITO+RESILIENTE+SEGUE+EM+DEBATE [acessado em novembro de 2018]

Outro ator importante no bairro Floresta é o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), a partir do Assentamento 20 de Novembro, no qual também são realizados diversos eventos políticos, sociais e artísticos. O Assentamento é fruto da ocupação de um prédio vazio, pertencente a União, em 2007, trazendo para o debate da cidade a relação entre moradia social e áreas centrais de Porto Alegre (MARX e ARAÚJO, 2016). Depois de uma década de luta, as cerca de 18 famílias que moram no prédio, vão garantir o seu direito à moradia. Em 2018, o MNLM conquistou o direito de uso para habitação de interesse social. O Assentamento conta com um Projeto de Revitalização sustentável do espaço que prevê a criação de espaços multidisciplinares para geração de renda, lazer e, inclusive, educação infantil (FLECK, 2018[13]).

Figura 5. Assentamento 20 de Novembro. Foto: Guilherme Santos/Sul21

Destacamos também que no 4º distrito, na rua Paraíba, no bairro Floresta, localiza-se a oficina de reciclagem dos catadores (Arevipa), bem como abriga um ponto tradicional de prostituição de mulheres e travestis. Uma rua sobre a qual "ninguém fala"[14]. Em realidade, a rua não figura nas ações de revitalização num sentido propositivo, mas compõe o contexto discursivo de degradação, violência e desqualificação da paisagem urbana do 4º distrito.

Figura 6. Vila dos Papeleiros. Foto: Guilherme Santos/Sul21

Estes atores representam a complexidade das demandas e conflitos existentes no território do 4º Distrito, apontando a existência de desafios na mediação de interesses em

[13] https://www.sul21.com.br/cidades/2018/05/e-possivel-familias-de-baixa-renda-morarem-no-centro-comeca-reforma-do-assentamento-20-de-novembro/

[14] Fala de um morador da Rua Paraíba em reportagem do Jornal Sul 21. Disponível em: http://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/no-antigo-centro-industrial-de-porto-alegre-abandono-e-promessas-se-misturam-a-quem-serve-a-revitalizacao/ [acessado em novembro de 2018]

disputa diante das estratégias globais que demonstram estar sendo implementadas localmente.

CONCLUSÕES

Poderíamos dizer que o 4º Distrito se tornou ao longo dos anos uma das regiões mais visadas da cidade, o que poderia ser apontado através da possibilidade de construção de maiores alturas, estruturas institucionais exclusivas para a região - inclusive de caráter internacional - e de sua previsão no PDDUA atual como área de Operações Urbanas Consorciadas (OUC).

O território do 4D já vinha sendo considerado como um território para projetos diferenciados visando renovações, desde o PDDUA de 1999. Em 2010 ele é incluído como área para OUC, um novo instrumento definido no Estatuto da Cidade. Porém, há de se ter atenção ao uso da OUC, considerando a atratividade do território em função da sua localização e a existência de população em situação de vulnerabilidade residindo no local. A permissão de maiores alturas para parte da área parece não ter sido suficiente para atrair as incorporadoras imobiliárias, mas pode ser usada como base para definições de regimes urbanísticos para a Lei da OUC, provocando uma grande transformação no território. Apesar das operações urbanas terem se consolidado como uma ideia consensual entre diferentes atores na constituição do Estatuto da Cidade, elas já demonstraram não ser instrumentos eficazes na busca pela justa distribuição dos ônus e bônus das transformações urbanas (FIX, 2000).

A escolha de Porto Alegre para compor a rede de cidades resilientes da Fundação Rockefeller, o surgimento da Associação Cultural Vila Flores que participou da 15a. Bienal de Arquitetura de Veneza, em 2016 (CAU/RS, 2016), tornando-se a referência para melhorias no bairro Floresta, só aceleraram este processo. Após 2017, as especulações sobre o território do 4º Distrito convergem para essa nova estratégia global-local, com a abertura para parcerias público-privadas visando investidores nacionais e estrangeiros, considerando que a cidade está inserida em uma rede global de cidades resilientes e que o 4º Distrito poderia ser considerado o principal projeto de Porto Alegre.

A existência de um novo projeto para o território, considerando a dinâmica que constitui a história do 4D. Resiliência e Master Plan pareceria ser um atrativo para investimentos e plano de negócios. O papel das universidades como agentes de elaboração de conhecimento e proponentes de planos para área, a partir de demandas feitas pelo poder local, nos dois períodos tanto no Porto Alegre Tecnópole (Plano diretor de 1999) e Master Plan de 2016 (Plano Diretor de 2010), também mereceria destaque. Acreditamos que as universidades têm um papel fundamental e poderiam ser mediadores na relação entre os atores sociais na implementação de um processo participativo e de inclusão para este território.

Pareceria ser que no caso do 4º Distrito o velho e o novo se encontram apresentando problemas, como o risco do avanço do empreendedorismo urbano e da gentrificação da área, excluindo moradores, movimentos sociais urbanos e população vulnerável da região que poderiam ser expulsos dos bairros do 4ºD dependendo da forma como os projetos serão

implementados. A capacidade destes agentes excluídos intervirem e resistirem a estratégia global-local que tem sido pensada representa um desafio para impedir o avanço da financeirização do 4ºD, em Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Isabel; WITT, Marcos; WEIMER, Gunter. A imigração Alemã no Rio Grande do Sul. In: *Relações Brasileiras e Alemãs* Volume I. Disponível em: http://brasil-alemanha.com/capitulo/19sec/A-imigracao-alema-no-Rio-Grande-do-Sul.php .[Acessado em Novembro de 2018]

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas.In: ARANTES, Otília.; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas*. São Paulo: Annablume, 2012.

BARCELONA. Documento Procés participatiu “Repensem el 22@”. Districte de Sant Martí Direcció de Democràcia Activa i descentralització. Ajuntament de Barcelona, 2017.

BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BRASIL. Lei Nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez 2004. P. 6. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm>. Acesso em: 14 set. 2018.

CAU/RS. CAU/RS e Vila Flores – Patrimônio histórico, participação e inclusão: o Vila Flores na 15ª Bienal de Arquitetura de Veneza. Disponível em: http://www.caurs.gov.br/caurs-e-vila-flores-patrimonio-historico-participacao-e-inclusao-o-vila-flores-na-15a-bienal-de-arquitetura-de-veneza/ Acesso em: 15/11/2018.

CORREIO DO POVO. Marchezan defende PPPs para revitalizar 4º Distrito. Porto Alegre. 20 dez 2017. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/12/637625/Marchezan-defende-PPPs-para-revitalizar-4-Distrito>. Acesso em: 15 fev. 2018.

DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE, 2016. Disponível em: <http://www.100resilientcities.org/wp-content/uploads/2016/01/Estrategia20de20Alegre20Resiliente_digital.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

GEHL, Jan. *Cidades para Pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2015. 3ª ed. 280 p.

FIX, Mariana. A fórmula mágica da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. *Cadernos de Urbanismo*, nº3. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2000.

FREITAS, Marina. Paim busca investimentos para projeto do 4º Distrito. Portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 13 dez. 2017. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=999194146&PAIM+BUSCA+INVESTIMENTOS+PARA+PROJETO+DO+4O+D...>. Acesso em: 15 fev. 2018.

GALINDO, E.; MONTEIRO, R. Nova Agenda Urbana no Brasil a luz do Habitat III. Boletim regional, urbano, ambiental, nº15, jul-dez/2016, IPEA.

HAUSER, Ghissia. Parques tecnológicos e centralidades urbanas: o caso do Tecnopuc na região metropolitana de Porto Alegre. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação, Educação em Ciências. Porto Alegre, 2016.

INSTITUTO PÓLIS. Habitat III e o Direito à Cidade, por Nelson Saule Júnior. Instituto Pólis. 10 nov. 2016. Notícias. Disponível em: <http://polis.org.br/noticias/habitat-iii-e-o-direito-a-cidade-por-nelson-saule-junior/>. Acesso em: 27 abr. 2018.

LEDER, Solange M. et al. Impact of urban design on daylight availability. In: Conference on Passive and Low Energy Architecture - PLEA, 23º. Genebra - Suíça, 2006.

MARX, Vanessa. Las ciudades como actores políticos en las relaciones internacionales. Tese (doutorado). Universidad Autónoma de Barcelona. Facultad de Ciencias Políticas y Sociología. Departamento de Ciencias Políticas y Derecho Público. Barcelona, España, 2008.

MARX, Vanessa e ARAÚJO, Gabrielle. Democratização do espaço público, ativismo urbano e ocupações na cidade de Porto Alegre. In: MARX, Vanessa e COSTA, Marco Aurélio. *Participação, Conflitos e Intervenções Urbanas: contribuições à Habitat III*. Porto Alegre: Editora UFRGS/CEGOV, 2016. 314 p.

MATTAR, Leila. A modernidade de Porto Alegre: Arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4º Distrito. Tese. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2010.

MOREIRA, Cássio. Porto Alegre Tecnópole: Uma estratégia de desenvolvimento. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 1999.

MORENO, Júlio. Habitat III: incorporação do Direito à Cidade "salva" a Nova Agenda Urbana. Cau/br: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Quito - Equador. 20 out. 2016. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/habitat-iii-incorporacao-do-direito-a-cidade-salva-a-nova-agenda-urbana/>. Acesso em: 27 abr. 2018.

NTU-UFRGS - Núcleo de Tecnologia Urbana. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. MASTERPLAN 4D: Operação Urbana Consorciada para Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre. 2017. Disponível em: <http://www.sinduscon-rs.com.br/premium2017/assets/uploads/PREMIO_SINDUSCON_NTU.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

OLIVEIRA, Clarice M. O caráter prático-operacional dos projetos urbanos de última geração no Brazil: o caso Porto Alegre 4D. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR, 17º. São Paulo - SP, 2017.

PIQUÉ, Jorge. Prefácio. In: *O despertar do 4º Distrito*. Canoas, RS: Ed: Unilasalle, 2017.

PORTO ALEGRE. Decreto Nº 19.666, de 26 de janeiro de 2017. Transfere todos os chamamentos públicos e estudos relativos à contratação de obras e serviços por meio de concessões, parcerias público-privadas e contratos de gestão à Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas (SMPE). Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/ppp/usu_doc/decreto_19666.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2018.

PORTO ALEGRE. Decreto Nº 19.736, de 02 de maio de 2017. Institui o Programa Municipal de Parcerias (PROPAR/POA), o Conselho Gestor do Programa de Parcerias (CGP), e revoga os Decretos nº 15.370, de 17 de novembro de 2006, e nº 15.448, de 10 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/ppp/usu_doc/decreto_19736.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, atualizada e compilada até a Lei Complementar nº 667, de 3 de janeiro de 2011, incluindo a Lei Complementar 646, de 22 de julho de 2010. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental: PDDUA. Porto Alegre, RS, 22 jul. 2010. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018

PORTO ALEGRE. Lei Complementar Nº 810, de 4 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a Administração Pública Municipal, cria e extingue secretarias Municipais, estabelece suas finalidades e competências e revoga a legislação sobre o tema. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/ppp/usu_doc/lc_810.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2018.

PORTO ALEGRE. Lei Nº 9.875, de 8 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, cria o Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas do Município de Porto Alegre – CGPPP/POA – e autoriza o Poder Executivo a instituir Fundo de Garantia de Parceria Público-Privada Municipal – FGPPPM. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/ppp/usu_doc/lei__9.875.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2018.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - 2. PDDUA: Lei comentada Março /2000. Porto Alegre: PMPA, 2000. 19p.

PREFEITURA de Porto Alegre. Parcerias Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/ppp/>. Acesso em: 27 out. 2018.

SINDUSCON-RS. 10º a 19º Censos do mercado imobiliário de Porto Alegre: imóveis novos. Porto Alegre: Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul – Comissão da Indústria Imobiliária, 2007-2016.

TIERNEY, K. Resilience and the Neoliberal Project: Discourses, Critiques, Practices - And Katrina. American Behavioral Scientist 2015, Vol. 59(10) 1327–1342.

TITTON, Cláudia P. Reestruturação produtiva e regeneração urbana: o caso do IV Distrito em Porto Alegre. 2012. 313f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília.; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAINER, Carlos (org et al). *Os Megaeventos e a cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

XAVIER, Fernando. O planejamento estratégico da cidade de Porto Alegre na conjuntura prévia à copa do Mundo de 2014. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Urbanismo, Porto Alegre, 2013.